

Sentidos Retóricos nas letras alemãs do Medievo: caminhos para a interpretação retórica dos *Romane* cavaleirescos em médio alto alemão (*Mittelhochdeutsch*).

Palavras-chave: *Roman*; matéria cavaleiresca; Literatura, Retórica, História.

Marcus Baccega¹.

Rhetorische Sinne bei den deutschen Schriften im Mittelalter: Wege zu einer rhetorischen Auslegung der Ritterschaftsromane im Mittelhochdeutschen.

Stichwörter: Roman; Ritterschaftsinhalt; Literatur; Rhetorik; Historik

Rhetoric senses in German medieval writings: ways to a rhetorical

¹ Professor de História Medieval e Teoria da História na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutor em História Medieval pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (Faculdade de Direito do Largo de São Francisco). Foi Pesquisador Convidado (*Gastwissenschaftler*) junto ao Departamento de Germanística da Justus-Liebig Universität zu Gießen, Alemanha (biênio acadêmico 2010-2011). Realizou Estágio Pós-Doutoral no Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris (LAMOP), na Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne. Contato: marcusbaccega@uol.com.br.

interpretation of chivalry romances in middle high German.

Keywords: Roman; chivalry matters; literature; rhetorics; History.

1. Introdução: História e Germanística Antiga.

Tornou-se verdadeiro *topos*, quase “escolar”, iniciar textos de História da Cultura que visem a analisar fontes – em nosso caso narrativas romanescas em médio alto alemão – hoje havidas por “literárias” com uma menção à revolução historiográfica implicada pelo projeto teórico dos *Annales*. Todavia, a interveniência analítica da História em um campo tradicionalmente pesquisado por intelectuais advindos da Teoria Literária, da Lingüística Histórica e da Filologia parece-nos requerer algumas breves palavras. Com efeito, já a partir de sua Primeira Geração, constituída, na Universidade de Estrasburgo, por Marc Bloch, Lucien Febvre e seus alunos, em torno da Revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929), esta vertente historiográfica desafiou os modos tradicionalmente consagrados do fazer historiográfico.

Como não se ignora, o século XIX testemunhou, a partir de sua segunda metade, a chancela universitária ao estatuto científico da História. Se, no caso francês, foi hegemônico o Positivismo e sua herança metódica e diplomática, enfatizando a condição imprescindível da crítica documental para a artesanaria historiográfica, o caso alemão revela algumas especificidades. Desde a consagração das cátedras de História nas universidades alemãs, em especial a Universidade de Berlim, proceso que se deu em torno de nomes clássicos como Leopold von Ranke e Theodor Niebuhr, o Historicismo alemão consolidou-se a partir de uma filiação filosófica neokantiana evidente. Tal conexão teórica implicou uma concepção de Historiografia como um fazer rigoroso idiográfico², ou seja, um estudo rigoroso sobre o que é particular, singular, irrepitível e

² “Idiográfico” e “nomotético” são as expressões usadas pelo filósofo neokantiano da Escola da Baden Wilhelm Windelband (1848-1915), para referir-se, respectivamente, aos saberes intelectuais que se detinham sobre a análise de fenômenos irrepitíveis e singulares, únicos, a respeito dos quais não se poderiam inferir leis (nexos de causalidade), e às ciências aptas a induzir leis matemáticas constantes e universais para os fenômenos observados. No primeiro caso estariam as então novatas disciplinas da História e Geografia e, dentre as nomotéticas, figurariam as ciências matemáticas, exatas e naturais, com destaque para a Física e a Química.

se dá a conhecer por meio das fontes oficiais. À História, por conseguinte, não se atribuía a tarefa teórica de produzir sentidos gerais.

Nos dois casos, ademais, o critério de validade formal e metodológica seria o documento oficial, exarado pelos órgãos políticos, legislativos, judiciários e diplomáticos dos Estados Nacionais. No entender de Leopold von Ranke, os documentos, portais translúcidos ao passado, revelariam os fatos sociais *wie es eigentlich gewesen war*. A “revolução francesa na Historiografia” (Peter Burke) provocou uma enorme e inaudita pluralização documental e de problemas historiográficos a serem investigados. Todos os vestígios de presença humana no tempo deveriam interessar aos historiadores. Marc Bloch efabulou, inclusive, a pertinente metáfora do “Ogro historiador”: onde quer que haja sinal de carne humana, o ogro seguirá os vestígios, as pegadas, indícios, marcas, sinais, rastros.

Toda essa miríade de vestígios da presença das sociedades humanas, em suas diversas temporalidades, poderia – deveria – ser documentalizada, vale dizer, problematizada pela análise do historiador, a partir de sua inquirição, realizada por meio da *questão-problema*. Ao brocardo positivista, muito acalentado por figuras como Fustel de Coulanges, *pas de document, pas d’Histoire*, o movimento dos *Annales* contrapôs o adágio *pas de problème, pas d’Histoire*. Neste lastro, a sensibilidade para dialogar com a Psicanálise e a Antropologia, a par das demais ciencias humanas, permitiu à Primeira e, sobretudo, à Teceira Geração dos *Annales* (autointitulada Nova História), problematizar o imaginário, as representações sociais, os sonhos, desejos, medos e demais sensibilidades coletivas como autênticos temas historiográficos.

Foi desta maneira que a produção literária, a exemplo das demais expressões de arte, passou a integrar o escopo documental da História. Ciência dos homens no tempo, afirmava Marc Bloch, a História jamais poderia aspirar à compreensão procesual das transformações sociais no tempo se continuasse abdicando da análise crítica das sensibilidades, das representações, dos símbolos, da arte. Mas o que poderia revelar a Literatura, como *locus* de experimentação estética e transcrição do real vivido, para o historiador?

Uma hipótese heurística de primeira grandeza foi proposta pelo sempre estimulante trabalho do historiador Nicolau Sevcenko (1952-2014). Esse historiador concebe, em *Literatura como Missão* (1983), ao discutir o ângulo de interesse historiográfico quanto ao fenômeno literário, que as narrativas literárias são o *locus*

sociolinguístico das histórias – plurais, contraditórias, concorrentes, tentadas, imaginadas, sonhadas, acalentadas – que não puderam se realizar.

Essas *histórias que poderiam ter sido e não foram* constituem nada menos que os contornos dos traços de mentalidade de uma determinada formação social. As fabulações literárias, desta forma, descortinam os limites do que era possível imaginar, sonhar, sentir e pensar, vale dizer, daquilo que os homens históricos poderiam abranger desde o mais recôndito de seu imaginário e projetar como planos de transformação da própria tessitura social por eles vivida. O filósofo francês Raymond Ruyer, em seu belo ensaio *L'Utopie et les utopies* (1950), problematiza e sugere a noção de utopia como um *lateral possível*, um “aqui e agora” radicalmente diverso do “aqui e agora” vivido pelos homens em seu tempo histórico. Neste sentido, a imaginação de um *lateral possível* na consciência dos homens provoca uma disrupção tensa entre o viver e o narrar. A Literatura será, por excelência, o esteio de linguagem histórica em que a utopia se torna política e se faz, portanto, motriz dos processos de transformação social.

Mas são, efetivamente, os traços de mentalidade percebidos nas margens nebulosas da ficção – e talvez apenas lá seja possível vislumbrá-los – o que revelam os escritos romanescos medievais ao historiador preocupado com a compreensão das tramas sociais em torno da cavalaria?

2. O negativo de si: inquietude da escrita.

Uma das missões mais valiosas, e ao mesmo tempo mais desconcertantes, da História, ciência hermenêutica da singularidade ontológica humana, a permanente autoconstrução dos homens no tempo e no espaço, é desnaturalizar e historicizar o que nos parece eterno, imutável, conatural a uma suposta essência humana transhistórica. A Literatura, de acordo com a reflexão antissistêmica de Michel Foucault (1926-1984), é um não-ser que, paradoxal e dialeticamente, impõe sua existência, negatividade e desassossego à tradição escrita com a qual lidamos nos marcos do Ocidente.

Por um lado, a Literatura é tão velha quanto a escrita e quanto a capacidade das diferentes culturas humanas de engendrar representações, abstrações, signos, em seus diversos suportes semiológicos. Na tradição ocidental, serão as epopeias homéricas a inaugurar, ao longo do século VIII a.C., uma tradição de longo alcance histórico, que se consagrou sob o nome *Litterae*, as “letras”. Por outro lado, todavia, é possível pensar

uma historicidade para a construção de um campo ficcional no Ocidente, uma emergência da literatura enquanto negatividade dialética que instaura um campo vazio e opaco na linguagem, ensejando uma triangulação problemática em uma relação antes linear, entre **escrita** e **obra**. Assim se refere Michel Foucault na conferência *Langage et Littérature*, ministrada em 18 e 19 de março de 1964, na Université Saint-Louis, em Bruxelas.

Se pudermos, brevemente, fazer uso do léxico tradicional das especulações filosóficas desde os pré-socráticos, a Literatura é algo como um não-ser, um vazio na linguagem, uma ruptura nas relações de imediatez substancial entre a linguagem e as obras dela provenientes. Em uma palavra, a Literatura é um intrigante enigma. Um mistério e desafio que rompe a linearidade das representações sociais. Neste campo opaco e tensionado pelo mistério, a consciência dos homens consegue transcriar esteticamente o cosmo e o próprio fenômeno humano. Por tal razão, a Literatura é coetânea à própria questão sobre o que é a Literatura. A mesma impõe sua presença intrigante enquanto negatividade dialética que transforma as formas de escrita, obras e sua relação anterior de imediatez em uma neblina densa de enigmas de Esfinge.

Neste sentido, tendo em vista que se precisou construir um campo de vivência – uma dimensão em que o agir e o pensar (praxis histórica) pudessem traduzir sentidos a partir de significantes e significados não imediatamente contíguos ou retro-referidos, ou seja, uma perturbação essencial nos próprios signos de linguagem – qual o momento em que as narrativas cavaleirescas se ficcionalizam? Será quando o *Roman* medieval e suas aventuras novelescas cessarem de produzir efeitos sociais de verdade mito-poética. Será, pois, o instante em que as obras cavaleirescas se voltarem para si mesmas, romperem a translucidez da linguagem, se constituírem como espaço opaco de autorreferencialidade. No caso das narrativas romanescas em torno da cavalaria, tratou-se da invenção burlesca de uma sátira que denunciou a trajetória das narrativas da cavalaria de uma convenção de veracidade para uma convenção de ficcionalidade: a efabulação de *El ingenioso hidalgo Don Quixote de la Mancha*, o célebre “Dom Quixote”, de Miguel de Cervantes (1605).

3. História, Retórica, Germanística Antiga.

Se a História Medieval de temática germanística desnaturaliza a ideia de uma “literatura” cavaleiresca alemã, tal como europeia, em um sentido mais amplo, como poderia o historiador da cultura interpelar tais *corpora*? Uma primeira resposta, ainda aproximativa, pode retirada de uma constatação proposta por Foucault ao aseverar que o campo da Literatura surge como normativa de desconstrução da Retórica, enquanto norma sobre o belo dizer e a virtuosa elegância do bem escrever (FOUCAULT, 1964: 15-17). Da Retórica à Literatura, o que, exatamente, foi reconfigurado? Podemos ensaiar uma primeira resposta: um regime social de sentido para o dito, o vivido e o narrado. Tal proceso de metamorfose nas representações sociais medievais mostrou-se mais impactante no Sacro Império Romano, o mundo alemão medieval.

Nestes termos, a História da Cultura deve interpelar a Germanística Antiga, tanto no que concerne às cantigas líricas e satíricas do Trovadorismo alemão (*Minnesang*), quanto, em nosso caso, os *Romane* cavaleirescos, e propor um conceito de decodificação de sua tesitura social de origem que seja capaz de lidar com um traço cultural radicalmente diverso de nossos contemporâneos: uma convenção retórica de veridicidade. Trata-se, enfim, de enfatizar que as narrativas cavaleirescas da Idade Média Central (*Hochmittelalter*, na periodização mais familiar à historiografia alemã) não encontravam, no polo semiológico do auditório a que se destinavam, quando das declamações cortesias e mesmo das compilações escritas, com uma estética da recepção de viés ficcional.

As narrativas medievais cavaleirescas são portadoras de uma tensão – melhor referindo, uma *disputatio rhetorica* – entre dois grandes projetos universalistas cristãos, ambos aspirando a configurar a Ordem da Cavalaria em consonancia com um *ethos* específico. O primeiro deles é assinalado no tratado *De laude novae militiae* (c. 1130 d.C.), do Abade Bernardo de Claraval (1090-1153), arquitetando-se a formação de um *ethos* novo para a pequena nobreza de cavaleiros, consistindo, em síntese, na renúncia radical ao *ethos* cortesão enquanto renúncia ao século. O cavaleiro cristão (*Miles Christi*) não mais deve partir em demanda por aventuras que redundassem em fama, prestígio ou reconhecimento de suas habilidades e façanhas de armas (*prouesse*) e cultivar o jogo palaciano do amor cortês, atentatório da disciplina clerical para o sacramento do Matrimônio e intensificador dos laços feudovassálicos.

Ao contrário, a aventura deveria converter-se, à imagem de uma *conversio morum* beneditina, em peregrinação por Cristo e exaltação de sua glória, em direto

detrimento da fama do cavaleiro. O êxito na demanda não mais seria marcado pelas riquezas e fama, mas pela vitória do próprio Cristo – e da *Esposa do Cordeiro*, seu *Corpus Mysticum* que é a Igreja – sobre os infiéis, os hereges no seio do Cristianismo e, por certo, também sobre o outro Universalismo Cristológico oponente da Reforma Pontifical, vale asseverar, o Sacro Império Romano. A cavalaria cristã (*Militia Christi*) é idealizada, no projeto de Teocracia Papal, como o lugar social da prática do amor de Deus. Enquanto expressão da Cidade de Deus na Terra, a Igreja Cristã tem, na cavalaria, sua expressão militar – *militante* – de expansão universal e retórico-catequética pelas armas.

Ora, as narrativas cavaleirescas provenientes do Sacro Império Romano são, por excelência, o lugar da memória (Pierre Nora) em que o historiador poderá investigar um movimento macrossistêmico no seio do bloco histórico hegemônico e suas fissuras. Tal exercício historiográfico faculta, justamente por se tratar da cavalaria alemã e seu conflito de *ethoi* cristológicos, e precisamente por se inquirir um *corpus* documental retoricamente mobilizado em torno da camada cavaleiresca, apreender a totalidade feudal em movimento, nos traços que a singularizaram após a “Revolução Feudal” em torno do ano mil.

4. Conclusão.

A guinada retórica (*Rhetoric Turn*) nas Ciências Humanas, com maior ênfase a partir da década de 1990, hoje habilita o enfoque retórico-disciplinar dos escritos romanescos em médio alto alemão. A atenção da História da Cultura para essa possibilidade de moldura teórica adveio dos trabalhos da Micro-história italiana, voltada às espiritualidades e crenças, sobretudo heréticas. Partindo de sofisticados estudos de caso, coletados em autos inquisitoriais, o historiador contemporâneo Carlo Ginzburg ensina-nos a reconsiderar a velha *ars rhetorica* de vezo aristotélico na produção historiográfica.

Foi em problematizações como aquela dedicada ao moleiro herege Menocchio, tema de *O Queijo e os Vermes* (1976), tendo aprofundado o método e o escopo de análise de livros anteriores, como *Os andarilhos do bem* (1966), que Ginzburg ensejou a percepção do conteúdo retórico-disciplinar dos *corpora* documentais com os quais lidava. Aquelas crenças, aqueles ritos, homens e mulheres à margem das tênues

camadas de ortodoxia católica, envoltos em cosmogonias, delírios semioníricos, possessões, não poderiam ser lidos à maneira de relatos de ficção.

Não por outra razão, Ginzburg lega-nos a preciosa coletânea de ensaios em que desenvolve e explicita melhor esta perspectiva retórica na construção da argumentação do historiador e, não menos, na dissecação dos documentos históricos. Trata-se de *Relações de Força: História, Retórica, Prova* (1999). Por esta perspectiva, um método heurístico que a História da Cultura teria a propor aos estudos de Germanística Antiga advém dos estudos da própria Teoria Literária. Nestes termos, suscitamos o enfoque das narrativas romanescas em médio alto alemão por meio do conceito de gênero retórico-poético, definido por Alcir Pécora como um conjunto articulado de convenções textuais, estilísticas e formais que se propõem ao convencimento ou persuasão de um público destinatário, um auditório. Ao efetivar esse discurso persuasivo, todo gênero retórico mobiliza uma *tópica*, ou seja, um conjunto de *topoi*, lugares-comuns típicos e adequados às convenções que definem seu *decoro*, e que se expressam concretamente por meio de *tropos* ou figuras de linguagem recorrentes em seus textos (PECORA, 2001: 12). Será, então, nítido o caráter retórico epidítico dos Romane centro-medievais.

Referências bibliográficas.

Foucault, Michel. *Langage et Littérature*. Bruxelles, Conférence à l'Université Saint-Louis, 1964.

Pécora, Alcir. *Máquina de Gêneros*. Novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage. São Paulo, EDUSP, 2001.